3

Juventudes amazônicas e o futuro de Reservas Extrativistas:

um estudo sobre reprodução social nas RESEX Chico Mendes e Cazumbá-Iracema

Anselmo Gonçalves da Silva
Instituto Federal do Acre (IFAC)

10.56365/dkvt7f49

Introdução

> A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais [...] (Brasil, 2000, art. 18 da Lei nº 9.985).

As Reservas Extrativistas (RESEX) são um modelo singular de área protegida no Brasil[1], de grande relevância no contexto amazônico. Sua criação, em 1990, deu-se como resposta do Estado às propostas — e às pressões — do movimento social seringueiro[2], no bojo dos conflitos associados ao avanço da fronteira agrícola e à colonização da Amazônia nas décadas de 1970 e 1980 (Allegretti, 2002).

Enquanto inovação, as RESEX inscreveram, no plano jurídico-institucional brasileiro, uma forma específica de relação sociedade–floresta, baseada no reconhecimento de populações-territórios cujos modos de vida se organizam em relações materiais e ontológicas ancoradas no que se convencionou chamar, na modernidade, de 'natureza' (Almeida, 2004; Porto-Gonçalves, 1999). Nesse processo, essas populações — inicialmente os seringueiros — passaram a se reconhecer como 'extrativistas'[3] (e a ser categorizadas, por outros, nestes termos). No principal marco legal das RESEX, 'extrativistas' foram definidos como grupos "cuja subsistência baseia-se no extrativismo[4] e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte" (Brasil, 2000, art. 18).

[1] O Brasil conta com 98 RESEX, que abrangem cerca de 157.709 km² — área superior à da Inglaterra (130.279 km²) e da Coreia do Sul (100.210 km²), por exemplo (MMA, 2026).

[2] Movimento seringueiro constituiu-se como uma articulação política de trabalhadores da floresta na Amazônia, especialmente dos seringueiros, que, em resposta à expansão da fronteira agropecuária, organizou formas coletivas de resistência, como os 'empates', para afirmar o direito ao território-floresta, elaborando assim a proposta de Reserva Extrativista.

[3] Cabe destacar especialmente para o leitor internacional, que a noção de extrativismo aqui mobilizada difere — e, em certa medida, antagoniza — com o conceito de extractivisms presente na literatura crítica contemporânea, que designa formas de exploração intensiva, expropriação e não reciprocidade nas relações socioecológicas (Chagnon et al., 2022).

[4] A legislação brasileira define extrativismo como um "sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis" (Brasil, 2000, art. 2º, XII).

Ao analisar a implementação das RESEX[5], é necessário ater-se à circunstância de que este modelo — enquanto dispositivo institucional — assentou-se sobre territórios produzidos no interior de configurações socio-históricas específicas, que estabilizaram essas formações sociais 'extrativistas' e estruturaram seus processos de reprodução. No caso do Acre, trata-se de populações derivadas do sistema seringalista, que tomou forma a partir do final do século XIX (Allegretti, 2002). Os seringais, ao longo de décadas, geraram modos de vida nos quais a reprodução social se organizou a partir da produção de borracha em colocações[6] familiares na floresta, o que incluía a caça, os roçados[7] (em fases e regiões específicas), a territorialização da 'mata', redes de parentesco e sistemas locais de conhecimento (Almeida, 2004).

A criação de Reservas Extrativistas, então, pode ser compreendida como uma institucionalização desses territórios historicamente produzidos, inscrevendo-os como Unidades de Conservação da Natureza (UC), para 'uso sustentável' por 'populações tradicionais', para fins de 'extrativismo' (Brasil, 2000). Nesse movimento de formalização, o projeto onto-político das RESEX foi traduzido em categorias jurídico-institucionais regulatórias que passaram a enquadrar a reprodução social de seus moradores a partir de definições externamente concebidas de 'extrativistas', 'extrativismo' e 'populações tradicionais' (Barreto-Filho, 2006; Silva, 2024b, 2024c).

Esse enquadramento passou a prescrever modos legítimos para ser e estar em RESEX e a projetar sobre os moradores-sujeitos expectativas de manutenção de determinadas configurações socioculturais 'tradicionais' e prático-econômicas 'extrativistas'. A RESEX, com isso, configurou-se como um dispositivo orientado à estabilização de configurações socioterritoriais e dos horizontes

[5] A versão atual das RESEX foi instituída pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em 2000, e não corresponde integralmente à proposição original do movimento seringueiro (A. G. Silva, 2024b, 2024c; A. G. Silva & Costa, 2025).

[6] Colocações são unidades produtivas na floresta, compostas por estradas de seringa no interior da estrutura de um seringal, geralmente ocupadas por uma família, a partir das quais se pratica o extrativismo da borracha (atualmente também incluindo outros produtos).

[7] Roçados, no contexto seringueiro, referem-se a áreas de cultivo abertas na floresta, geralmente por derruba e queima, destinadas sobretudo ao autoconsumo de alimentos.

ontológicos inscritos no modelo (Barreto-Filho, 2006; A. G. Silva, 2024c). Essa pretendida estabilização, contudo, não acompanha, necessariamente, as transformações em curso nesses territórios. Nesse campo de relações, vê-se emergir crescentemente conflitos entre os padrões de reprodução social projetados pelo modelo RESEX e aqueles formulados por moradores em seus contextos-condições de vida, especialmente em regiões de fronteira agrícola (Fittipaldy & Castelo, 2021; Franco & Sahr, 2022; Silva, 2024a; Silva et al., 2019).

No caso do Acre, onde a expansão da fronteira foi contida nos anos de 1980 e 1990, foram criadas cinco RESEX[8]. Entretanto, sobretudo nas últimas duas décadas, a reanimação dessa fronteira — que, importa notar, nunca esteve inerte — vem intensificando pressões sobre essas áreas, especialmente por meio da expansão da pecuária, da especulação fundiária e da incorporação de lógicas produtivas e culturais externas (Canizo et al., 2025; Hoelle, 2015; Kröger, 2019; Mascarenhas et al., 2018).

Em paralelo, no interior das Reservas, observam-se dinâmicas como a abertura de estradas internas (os ramais[9]) e o uso intenso de motocicletas, a ampliação do acesso à energia, à escolarização e à internet, e a adesão à economia-cultura do 'gado'. Em conjunto, esses processos sugerem uma reconfiguração socioterritorial profunda em Reservas do Acre, com mudanças nas formas de organização das famílias-comunidades, nos modos de uso-apropriação do território, nas relações entre sujeitos-práticas e floresta-'terra' e nas percepções sobre posse/propriedade (Castelo, 2015; Fittipaldy & Castelo, 2021; Haesbaert, 2004; Silva, 2022).

Esse contexto-condição tem tornado a reprodução social entre as novas gerações desses 'seringueiros'-'extrativistas' prenhe de mudanças/rupturas em relação às anteriores. Ao falar de reprodução social — noção recorrente nos estudos rurais brasileiros

[8] Alto Juruá (1990), Chico Mendes (1990), Alto Tarauacá (2000), Cazumbá-Iracema (2002) e Riozinho da Liberdade (2005).

[9] Ramais, no contexto acreano, referem-se a estradas de terra, nem sempre oficiais; incluem desde as beneficiadas pelo poder público com a chamada piçarra, até caminhos na floresta feitos manual e coletivamente por famílias e comunidades, com a derrubada de árvores.

—, refiro-me aos processos pelos quais as famílias e os grupos sociais dão continuidade à sua existência, com permanências e transformações em suas bases sociais, culturais, econômicas e territoriais, envolvendo a sucessão geracional e as formas de inserção das novas gerações nos territórios (Carneiro & Castro, 2007; Tonezer et al., 2022).

Nas Reservas analisadas, observa-se que as mudanças nas condições de reprodução social vêm produzindo a diversificação das perspectivas-trajetórias dos moradores, de suas racionalidades produtivas e formas de relação com a floresta-território, o que tende a tensionar os marcos institucionais do próprio modelo RESEX, indicando um descompasso entre o modelo normativo da Reserva Extrativista — ancorado na ideia de 'populações tradicionais' cuja subsistência baseia-se no extrativismo — e as dinâmicas socioterritoriais em curso nessas Reservas (Fittipaldy & Castelo, 2021; Franco & Sahr, 2022; Freitas et al., 2018; Hoelle, 2015; Kröger, 2019; Silva et al., 2019).

Diante dessa problemática, as juventudes surgem como uma posição privilegiada para se conhecer as dinâmicas de reprodução e os tensionamentos entre projetos de territorialização (Carneiro & Castro, 2007; Silva, 2022). É desde elas que conduzo este estudo nas Reservas Extrativistas Chico Mendes (RECM) e Cazumbá-Iracema (RECI), numa perspectiva da literatura sobre juventudes rurais no Brasil (Favareto et al., 2024; Martins, 2021; Troian & Breitenbach, 2018). No capítulo, procuro compreender como se (re) configura a reprodução social nessas Reservas, tendo como pano de fundo o modelo RESEX. É nesse quadro que se formulam as seguintes questões: Que caráter assumem os processos de reprodução social das novas gerações nas RECM e RECI, em meio às reconfigurações socioterritoriais em curso? Em que medida esses processos tensionam os pressupostos que fundamentam o modelo de Reserva Extrativista?

Contexto socioterritorial e percurso metodológico

Ambas as Reservas têm origem em territórios configurados pelo sistema seringalista. À época de sua criação — 1990 e 2002 —, essas áreas eram habitadas por 'seringueiros' remanescentes desse sistema, já sob profunda crise e abandono da economia da borracha. Havia reduzida presença de estradas, infraestrutura domiciliar, escolas e energia. Esse 'marco zero' constitui a base das transformações analisadas — uma configuração ainda ancorada na relação seringal-seringueiros. No presente, as duas RESEX compartilham uma mesma condição territorial regional, são áreas de contenção da fronteira agropecuária e estão sob pressão desta (Jesus, 2025), o que é acentuado pela sua localização entre os dois principais eixos rodoviários do Acre — BR-317 e BR-364 — e pelo entorno ocupado por centros urbanos locais-regionais, conformando uma zona antropizada que reúne cerca de 520 mil habitantes (IBGE, 2026).

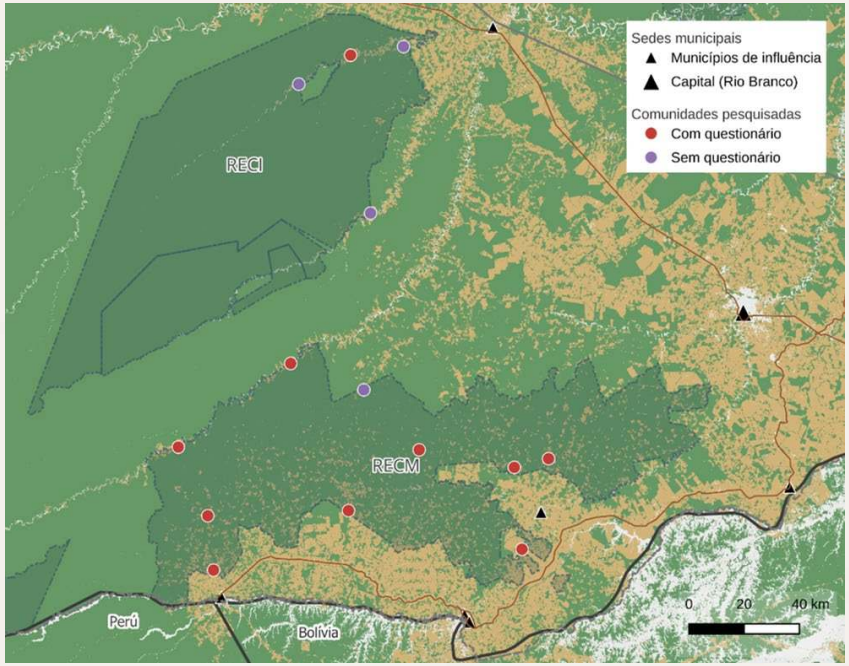

Figura 1 – Caracterização do contexto territorial das Reservas e comunidades pesquisadas

Elaboração própria com base em dados do IBGE, ICMBio e trabalho de campo (2022–2023).

No entorno rural — marcado pelo processo de colonização desde a década de 1970 —, reúnem-se 59 assentamentos, com cerca de 10.747 famílias, além de áreas de posse e fazendas (SEMA, 2011). Essas áreas são ocupadas, sobretudo, por grupos socialmente formados por migrantes sulistas e seringueiros expulsos e deslocados nas décadas de 1970 e 1980 — aí a pecuária consolidou-se como vetor estruturante da dinâmica territorial (Fittipaldy & Castelo, 2021; Reis & Nabarro, 2025). Em 2024, considerando os sete municípios principais[10] que abrangem as duas Reservas, o rebanho bovino alcançou cerca de 4,8 cabeças por habitante (IBGE, 2026) e, em escala estadual, o rebanho cresceu cerca de 1.200% entre 1990 e 2024, alcançando 5,2 milhões de animais (IBGE/PPM, 2024). Esse avanço articula-se à ampliação da capilaridade interna das Reservas, especialmente com a expansão dos ramais (S. S. Silva et al., 2026). Na RECM, sobretudo a partir de 2013, iniciativas institucionais — em especial de prefeituras — e comunitárias-familiares ampliaram o acesso por estrada às comunidades e a uma parcela significativa das famílias. Na RECI, esse processo ocorre de forma mais limitada e recente, havendo apenas alguns ramais principais.

Há, entretanto, diferenças relevantes quanto à demografia e à forma de ocupação territorial entre as Reservas. A RECM possui cerca de 931.542,94 hectares e abriga cerca de 2.945 domicílios (Nepomuceno & Costa-Filho, 2025), distribuídos em uma rede densa de colocações interconectadas, com poucos vazios demográficos e cerca de 8,6% de sua área antropizada até 2023 (incluindo vegetação secundária), dos quais 7,4% correspondem a pastagens (Figueiredo et al., 2025). Já a RECI possui cerca de 750.794,70 ha e abriga cerca de 462 famílias (ICMBio, 2026); além disso, apresenta uma ocupação mais rarefeita (ribeirinha), com 1,1% de área antropizada em 2023 (Figueiredo et al., 2025).

Essa distinção demográfica-territorial induz condições diferenciadas de visibilidade dos processos em curso entre as UCs — inclusive por representações cartográficas, como se vê na Figura 1, e por números de área antropizada relativamente à área total da UC (8,6 versus 1,1). Em minha atuação profissional junto à gestão de UCs no Acre, era frequente a circulação de análises

[10] O município de Manoel Urbano não foi considerado por representar apenas 2,28% da área da RECI.

comparativas que apresentavam um quadro positivo para a RECI e negativo para a RECM. Contudo, ao distribuir os dados de antropização e pastagens por unidades familiares (Figura 2), observa-se que os índices da RECI não se encontram tão distantes dos da RECM. Essa aproximação também é sugerida por análises produzidas em escala amazônica, como indica o Imazon (2026), ao apontar que a RECM figura como a área protegida federal sob maior pressão da Amazônia brasileira, enquanto a RECI ocupa a 5ª posição entre as mais ameaçadas.

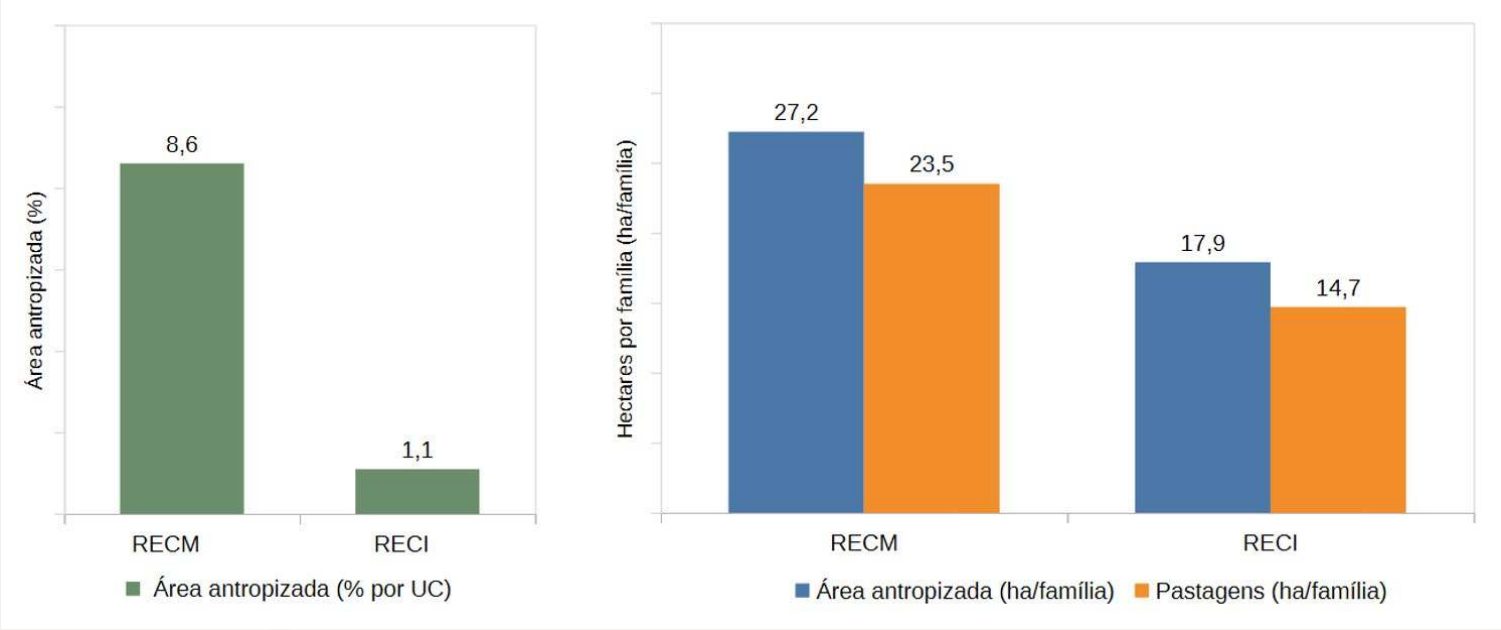

Figura 2 – Antropização e pastagens por famílias

Elaborado pelo autor, com dados de 2023, com base em ICMBio (2026), Figueiredo et al. (2025), Nepomuceno e Costa-Filho (2025).

Neste quadro, entendo que esses processos de reconfiguração não diferem substancialmente em conteúdo-natureza entre RECM e RECI, mas sobretudo em intensidade, extensão-distribuição e grau de consolidação. Na RECM, apresentam-se de forma mais generalizada e capilarizada; na RECI, estão mais localizados (no entorno dos rios) e em estágios menos consolidados. Essas variações, assim, relacionam-se mais aos contextos locais do que às próprias UCs, sendo fatores importantes a disponibilidade de recursos extrativistas, as pressões e os processos socio-históricos locais. Neste sentido, compreendo as duas RESEX como mosaicos de expressões territorialmente diferenciadas de um mesmo processo de reconfiguração socioterritorial da reprodução social 'seringueira' na fronteira amazônica do Acre, sem assumir uma perspectiva comparativa entre as UCs.

Quanto à pesquisa, trabalhei com 15 turmas do ensino médio, distribuídas em 14 escolas nas duas Reservas (10 na RECM e 4 na RECI), entre 2022 e 2023. Inicialmente, levantei a oferta de ensino médio nas Reservas junto às instituições municipais e estaduais gestoras, identificando 37 turmas para o ano letivo de 2022. A partir desse universo, selecionei as turmas de modo a contemplar diferentes contextos socioterritoriais, utilizando fatores como níveis de extrativismo/pecuária, fracionamento/integridade de colocações e proximidade/distância do núcleo urbano de referência. Em cada uma das escolas, acompanhei as atividades das turmas por dois ou três dias, período em que atuei como docente e apliquei diversos instrumentos de pesquisa. Os resultados aqui apresentados baseiam-se nas respostas a um questionário estruturado com 86 questões, respondido por 138 jovens. A análise articulou estatística descritiva com as notas de campo e a observação participante. Na interpretação dos dados, também considerei a experiência que acumulei na gestão de UCs no Acre, ao longo de oito anos, cinco deles na RECM. A seguir, apresento os resultados.

Origem social e enraizamento territorial

Quanto ao gênero, 59,8% são homens e 39,4% mulheres; um não se identificou com essas categorias. 80,8% deles passaram a maior parte de suas vidas nas Reservas, enquanto 10% cresceram em cidades e outros 9,2% em outras áreas rurais (geralmente no entorno). Quando perguntados sobre o local de criação de seus pais — se na Reserva ou fora dela —, 72,5% informaram ter mãe e pai criados na Reserva, 16,8% possuem um deles vindo de fora, e 10,7% são filhos de pessoas 'de fora' das Reservas. Isso significa que 27,5% dos jovens pertencem a famílias cuja composição social revela algum grau de diversificação na geração imediatamente anterior. Vê-se, portanto, forte continuidade territorial-intergeracional, mas os dados registram também os movimentos migratórios para o interior das Reservas, inclusive a entrada dos chamados 'de fora'[11], seja por casamentos, seja pela inserção de núcleos familiares externos. Esse processo vai implicando na incorporação, não só de novos sujeitos sociais nas Reservas, mas de projetos de territorialização que não são, geralmente, continuidade do extrativismo-floresta.

Modos de vida

Quando perguntados sobre o quanto costumam ir 'dentro da mata', 60% dos jovens afirmaram fazê-lo 'quase nunca', 'pouco' ou 'às vezes' — ou seja, a maioria quase não vai à floresta (o que impacta a construção de subjetividades florestais). Essa redução — presumida em relação às gerações anteriores — associa-se, sobretudo, à diminuição das atividades florestais frente às agropecuárias e à ida diurna dos jovens às escolas — geralmente distantes e modeladas a partir de referências urbanas que

[11] Na região do Alto e Baixo Acre e Iaco, a categoria 'de fora' abrange situações diversas: famílias com vínculos históricos com antigos seringais — descendentes de seringueiros hoje residentes em núcleos urbanos ou em áreas rurais do entorno—, descendentes de migrantes de projetos de assentamento, especialmente sulistas, configurações familiares mistas e, mais recentemente, fluxos oriundos de estados como Rondônia, em busca por 'terras' mais baratas no Acre.

tendem a não incluir o extrativismo-floresta (A. G. Silva & F. C. Silva, 2023; A. G. Silva, 2025). Ainda assim, 14,6% dos jovens entram na mata várias vezes ao mês e 25,4% várias vezes por semana. A pouca vivência da 'mata' é uma mudança relevante, porque, no universo seringueiro, a floresta — incluindo varadouros e igarapés-rios — não era apenas espaço produtivo e de caça-alimento, mas de vida, socialização e subjetivação (território) (Almeida, 2004; Porto-Gonçalves, 1999).

Ao serem perguntados o quanto gostam de 'ir e estar dentro da mata', 27,7% afirmaram gostar 'muito' (10,8% não gostam e 61,5% gostam 'mais ou menos' ou 'um pouco'). Em relação ao uso de alimentos da mata e dos rios — tais como açaí, pupunha, palmito, frutas, óleos, mel, peixes e outros —, 58,5% afirmaram que sua família consome 'bastante' ou 'muito e sempre' (32,3% consomem pouco). Percebe-se que a floresta permanece como uma referência importante, mas com redução de sua centralidade nas práticas-relações cotidianas — vai-se configurando, assim, um contexto no qual a floresta deixa progressivamente de operar como eixo estruturador central dos modos de vida juvenis.

Perguntou-se também sobre as percepções relativas à castanha-do-brasil e à borracha, produtos regionais do extrativismo. É importante perceber que o contexto do extrativismo para esta geração é distinto daquele vivido por seus pais, marcado pelo quase abandono da borracha e pela instabilidade dos preços da castanha. Atualmente, em muitas localidades, observa-se um cenário de retomada dessas atividades, com preços atrativos e maior estabilidade de compra para a borracha — especialmente pela presença da empresa Veja[12] — e preços considerados muito bons para a compra da castanha. A organização progressiva de cooperativas e associações voltadas ao extrativismo — com destaque para a Cooperacre e para políticas implementadas por governos estaduais do Partido dos Trabalhadores (1999–2018) — tem contribuído para esse cenário. Ainda assim, esse movimento não alcança de forma homogênea as comunidades das Reservas e disputa com a pecuária a alocação do tempo de trabalho e das estratégias produtivas das famílias.

[12] A empresa francesa Veja (Vert, até 2024 no Brasil) passou a comprar borracha nativa amazônica de Reservas Extrativistas do Acre para a produção, sobretudo, dos solados de seus sapatos, contribuindo significativamente para a retomada da cadeia da borracha em muitas comunidades.

Dos jovens, 49,6% consideram ‘bom’ trabalhar com borracha, sobretudo quando o preço é considerado ‘justo’; ainda assim, essa atividade apresenta também a maior taxa de rejeição: 36,2% ‘não gostam’ ou ‘acham ruim’ trabalhar com ela — 14,2% informam que em suas áreas familiares sequer há seringais. Quanto à coleta e à quebra da castanha, 63% consideram ‘bom’ trabalhar com a atividade, enquanto a rejeição alcança apenas 12,6%; 24,4% informam, contudo, que em suas áreas não há castanhais. Os dados sugerem que, ao contrário de narrativas recorrentes sobre uma rejeição generalizada ao extrativismo, permanece entre parte significativa dos jovens abertura para essas atividades, ainda que condicionada às condições concretas de cada nível local-familiar (havendo, por exemplo, áreas com baixo potencial de extração/coleta, dificuldades logísticas e de organização comunitária, além de famílias pequenas ou predominantemente idosas).

Quanto à participação nas ‘atividades de agricultura e criação de animais’ (roçado, galinhas, porcos, arroz, feijão e milho, entre outros), voltadas, geralmente, ao consumo familiar e à venda de excedentes, 69,8% dos jovens afirmaram participar ‘regularmente’ ou ‘muito’ dessas atividades, 17,1% ‘às vezes’, e 13,2% não participam ou quase não participam — esse é o conjunto de atividades mais presente no cotidiano juvenil. Quanto ao tema da pecuária, central nesta análise, 64,6% dos jovens — ou seja, a maioria — participam em algum grau da atividade, regularmente (41,5%) ou às vezes (23,1%); apenas 35,4% não participam ou ‘quase não participam’. Ao realizar um recorte por gênero nestes dados, observou-se que a pecuária é uma atividade fortemente masculina, uma vez que 60,5% dos jovens homens trabalham com gado regularmente e 23,7% às vezes — ou seja, ela está presente, em alguma medida, nas práticas de 84,2% deles. Percebe-se, assim, que a pecuária se encontra amplamente difundida nas Reservas, assumindo particular relevância entre os jovens do gênero masculino.

Neste contexto de mudança, questionou-se aos jovens quanto às formas pelas quais se identificam. Apenas 20,8% dos jovens identificaram-se com categorias históricas do extrativismo: ‘seringueiro’ (10%) e ‘extrativista’ (10,8%). Em contraste, ‘colonheiro’ representou 31,7% dos jovens. Este termo remete a uma categoria que emerge no Acre com os migrantes sulistas das décadas de 1970 e 1980 — os colonos — e que, com a diversificação das práticas produtivas, as migrações intrarregionais e os casamentos

entre locais-seringueiros e os ‘de fora’, vem se consolidando como forma mais geral do acreano rural, que pratica agricultura, pecuária e pode também realizar extrativismo, quando esses recursos estão disponíveis. Outro termo mais geral, ‘produtor rural’, representou também 31,7% das respostas. Ribeirinhos representaram 5,8%, e ‘população tradicional’, apenas 0,8% das respostas. Por fim, 9,2% dos jovens não se identificaram com nenhuma das categorias do questionário. As formas de identificação juvenil evidenciam e acompanham as reconfigurações em curso. O extrativismo-floresta permanece como referência importante, mas deixa progressivamente de operar, de forma central, como eixo organizador da vida-território, ao mesmo tempo em que a pecuária — no bojo da economia-cultura do agronegócio (Hoelle, 2015) —, que avança a partir do entorno-fronteira, vem, nas últimas décadas, fazendo incidir crescentemente de suas propriedades sobre a reprodução social das populações extrativistas-seringueiras nesta região do Acre.

Condições materiais de vida e infraestrutura territorial

Quanto às fontes de energia, 45% dos jovens estão conectados à rede elétrica convencional, e 35,7% possuem sistemas solares em suas casas (27,1% de baixa capacidade e 8,5% de maior); 8,5% vivem em casas sem qualquer fonte, enquanto 10,9% dependem de motores geradores. Na última década, essas Reservas passaram de uma condição de acesso muito limitado às fontes de energia para uma diversificação em expansão — sobretudo viabilizada por meio da abertura de ramais internos — que permite a chegada da rede elétrica convencional, ainda que de forma precária em alguns contextos[13]. Observa-se que a distribuição da rede é ainda desigual no território, sendo mais acessível nas áreas próximas aos ramais principais; mesmo assim, ela reconfigura

[13] Quando a rede se aproxima da floresta, o que geralmente acontece em Reservas, a queda de árvores frequentemente derruba fios e a própria rede, resultando em quedas de energia. Como a manutenção — tanto preventiva, com podas, quanto reparadora da rede — não é rápida nem adequada, comunidades e gestores tendem a ver a floresta próxima aos ramais como um problema, o que faz da rede um fator adicional de derrubadas de floresta no entorno de ramais internos.

os contextos, permitindo o uso de máquinas e equipamentos — agrícolas e domésticos, em especial a refrigeração — e de meios de comunicação.

Entre os meios de comunicação domésticos, o rádio — que durante décadas foi um dos principais canais de informação nos seringais amazônicos — apresenta hoje presença mais limitada, pois 58,1% dos jovens informam não possuir rádio em casa. Em contraste, 80,8% têm televisão em casa. Quando perguntados sobre os meios utilizados para se informar[14], a internet aparece como o recurso mais citado (41,3%), seguida pela conversa com vizinhos (23,1%), pelo rádio (21,0%) e pela televisão (14,7%) — em algumas comunidades, há também redes de walkie-talkies[15].

Cerca de 89,7% dos jovens possuem aparelho próprio de celular. Ainda assim, a infraestrutura de conectividade nas comunidades permanece bastante limitada (54,3% vivem em locais onde não há sinal de telefonia móvel). No acesso domiciliar à internet, 71,3% dos jovens dizem não possuir conexão em casa; mas isso está mudando, sobretudo com a chegada de sinal telefônico e novas tecnologias, como a Starlink[16] — 17,8% afirmaram ter sinal de internet em casa, mas ruim, e 10,9% têm bom sinal. Observa-se que o acesso à internet ocorre frequentemente fora das residências, sobretudo na escola (37,5%) ou durante deslocamentos até a cidade (31,9%), além de situações em que se vai até a casa de vizinhos (9,7%) — é comum a concentração de pessoas no entorno das escolas utilizando celular, ou, no caso de populações ribeirinhas, o deslocamento por barco até pontos de acesso à internet ao final do dia (na boca da noite), geralmente. Esse padrão indica que a conectividade digital nas Reservas está crescendo rapidamente, e está, no momento, fortemente articulada aos circuitos de circulação dos jovens e não por acesso domiciliar contínuo — ainda que este venha se ampliando. O uso de computadores permanece bastante restrito, 70,5% afirmaram nunca ter utilizado esse equipamento, e apenas 1,6% indicaram possuir computador em casa.

[14] Em algumas questões, os jovens puderam marcar mais de uma resposta. Nesses casos, os percentuais podem ser calculados de duas formas: considerando quantos jovens marcaram cada opção ou considerando o total de marcações feitas. Quando o texto fala em 'jovens', usa-se o primeiro cálculo; quando fala em 'respostas', 'marcações' ou algo do gênero, usa-se o segundo.

[15] Walkie-talkies são rádios portáteis de comunicação direta, utilizados para transmitir voz em curtas distâncias. No contexto local, funcionam como redes comunitárias de comunicação.

[16] Starlink: serviço de internet via satélite de órbita baixa, desenvolvido pela SpaceX, que fornece conexão de banda larga em áreas remotas com pouca ou nenhuma infraestrutura terrestre.

Apesar das dificuldades de conexão, 89,1% dos jovens afirmaram ter perfil em redes sociais. Dos que têm perfil, a mais representativa é a do WhatsApp, alcançando 94,8% — e 89,9% desses afirmam usá-la constantemente (ou seja, 76,0% dos jovens). A frequência de uso de redes sociais indica especialmente a diversificação dos circuitos de sociabilidade, informação e referência cultural que passam a compor as novas condições de reprodução social dessas juventudes, e também a intensificação das conexões intra-Reserva e com suas organizações — 29,3% dos jovens usam redes sociais 'todos os dias', 21,6% 'toda semana', 16,4% pelo menos 'todo mês', e 32,8% apenas 'uma vez ou outra'.

A ampliação da circulação no interior das Reservas e o acesso às cidades constituem outra mudança significativa recente, decorrente da abertura de ramais internos e da popularização das motos. Os dados apontam que 73% dos jovens vivem em casas com acesso por carro até a porta, enquanto 27% têm acesso apenas por caminhos na floresta — os chamados 'varadouros'[17] — ou por rios. 89,3% têm ao menos uma motocicleta na família — esses veículos também reconfiguram a dinâmica interna, ampliando as possibilidades de vivências intra e entre comunidades. Cultos e missas, jogos de futebol, festas e atividades entre amigos, bem como as relações de vizinhança, se densificam com o uso das motos.

Contudo, o grau de mobilidade entre Reservas e cidade se elevou sobremodo nas condições atuais. 21,5% dos jovens vão semanal ou diariamente à cidade; há, entretanto, outras realidades, 46,2% vão, em geral, quase todos os meses, e 32,3% raramente vão à cidade. Quanto à distância da zona urbana de referência, 28,9% chegam à cidade em menos de uma hora de deslocamento, 46,1% — a faixa mais frequente — demoram entre 1 e 3 horas para ir à cidade, e 25,0% precisam de mais de três horas para isso (havendo, ainda, casos em que o deslocamento exige mais de um dia, com o uso combinado de diferentes meios de transporte). A cidade e o seringal nunca foram territorialidades tão contíguas vivencialmente quanto no presente.

[17] No contexto acreano, referem-se a caminhos abertos na floresta, geralmente de forma manual por moradores, utilizados para deslocamentos a pé e para o transporte de produção — castanha, borracha —, com animais e, contemporaneamente, têm servido também ao uso de motocicletas, conectando colocações, comunidades e pontos de acesso aos ramais e rios.

O transporte coletivo aparece de forma mais restrita. 32,5% dos jovens informam que suas comunidades contam com algum tipo de 'carro de linha' regular — geralmente um caminhão que passa pelos ramais principais uma vez por semana, sendo utilizado, inclusive, para o transporte de produtos para a cidade e de compras (os chamados volumes, pagos à parte das passagens). Por outro lado, 67,5% informam viver em áreas onde não há esse tipo de serviço, fazendo com que os deslocamentos dependam sobretudo de meios próprios ou de 'fretes' — carros contratados por uma família ou por um conjunto de famílias para transportes específicos.

Essas mudanças materiais e infraestruturais internas — relativamente recentes — vêm possibilitando uma circulação crescente das juventudes para além dos limites das colocações-comunidades e das próprias áreas protegidas. As Reservas/'seringais', assim, tornaram-se espaços cada vez mais articulados, inseridos em redes urbanas e rurais do entorno, de vizinhança e digitais — o que passa a compor, de forma decisiva, as novas condições de reprodução social nesta geração de 'extrativistas', reconfigurando formas de pertencimento e ampliando horizontes de possibilidades, estratégias e projetos de vida. Essas transformações internas, embora não determinem, por si, alterações nas estruturas de reprodução social, favoreceram significativamente as reconfigurações em curso.

Estrutura territorial-fundiária e bases econômicas das famílias

A organização fundiária dessas Reservas também vem passando por transformações importantes. As colocações — herança histórica dos seringais — são, originalmente, a unidade básica de organização da vida familiar e produtiva do extrativismo, e, com a criação das RESEX, ganharam caráter de norma. No caso da RECM, o Plano de Utilização estabelece, em seu artigo 14º, que cada família deve ocupar apenas uma colocação, definida como "uma unidade com o mínimo de duas estradas de seringa de no

mínimo 200 hectares" (IBAMA, 2006, p. 52); de forma similar, na RECI, a organização territorial também se estrutura a partir das "colocações" tradicionais (ICMBio, 2007, p. 91). Atualmente, sobretudo na RECM, tem-se um quadro no qual convivem colocações e unidades familiares derivadas da fragmentação-loteamento dessas áreas.

A maior parte dos jovens afirma morar em colocações (57,3%); 21,4% residem em lotes ou pedaços de colocação — geralmente derivados de parcelamentos irregulares. Há também vilas comunitárias (7,7%), organizadas como agrupamentos de várias famílias, geralmente nas proximidades de alguma infraestrutura, onde utilizam áreas coletivas, mantendo o uso das colocações originais para a coleta de castanha e/ou a extração de seringa. Há também casos em que vilas surgiram em processos históricos específicos, como o Núcleo do Cazumbá ou a margem do Icuriã — essa configuração é representativa na RECI. Há, ainda, outras formas de ocupação, como as ribeirinhas (9,4%). Vê-se que a colocação extrativista permanece como forma-unidade territorial predominante, mas vem deixando de operar como unidade exclusiva de organização do território.

Esse processo de fragmentação-loteamento das colocações, evidenciado neste estudo, vai ocorrendo pela articulação entre dinâmicas internas às famílias e pressões externas. No plano intrafamiliar, observa-se que, diante da permanência dos filhos nas colocações, tende a acontecer o parcelamento progressivo das áreas entre as novas unidades domésticas que vão surgindo. No seringal tradicional, não predomina a lógica de coabitação entre famílias de diferentes gerações em uma mesma colocação — tradicionalmente, cada família ocupa sua própria unidade —; com a multiplicação das unidades familiares e a impossibilidade de acesso a novas colocações, intensifica-se a subdivisão das colocações originais. Na prática, os pais 'transferem', de modo informal, duas — ou até uma — estradas de seringa para cada filho que forma família. Ao longo do tempo, colocações grandes — por exemplo, de cerca de 10 estradas de seringa — passam a dar origem a unidades menores, que tendem a se autonomizar como unidades distintas (por exemplo, uma colocação chamada Japão, torna-se Japão I, Japão II, Japão III, etc.). Nesse processo, ocorre, por vezes, a 'transferência'-venda de uma ou mais dessas unidades-partes para famílias externas ao núcleo familiar de origem.

Esse processo não é reconhecido pelo órgão gestor, sendo irregular, uma vez que os planos de utilização não preveem a divisão das colocações. Ao lado dessa dinâmica intrafamiliar, observam-se também processos de loteamento de partes das colocações para a simples venda de 'terra' a terceiros. Pelos dois tipos de processos (fracionamento-loteamento), inserem-se novos agentes sociais no interior das Reservas — os 'de fora' —, ampliando a capilarização da fronteira. Os compradores externos incluem desde famílias urbanas locais, colonos de assentamentos vizinhos até agentes com capital, como comerciantes, fazendeiros e imigrantes de Rondônia. Vai-se, assim, consolidando um 'mercado informal' de terras no interior das Reservas — muito expressivo na RECM e não identificado na RECI —, o que tensiona os princípios de uso coletivo e extrativista, e erode o estatuto moral do plano de utilização como instrumento de ordenamento, entre outros efeitos.

O tamanho das áreas familiares, evidenciado nos dados, reforça esse problema. Coexistem áreas relativamente grandes, entre 501 e 1000 hectares (15,7%) e superiores a 1000 hectares (11,1%), com áreas muito menores: de até 10 ha (3,7%), entre 11 e 50 ha (21,3%) e entre 51 e 100 ha (7,4%) — estas três últimas (32,4%) encontram-se, muito provavelmente, em condição irregular segundo os planos de utilização. A faixa mais frequente, contudo, é a de 101 a 200 hectares (26,9%). Nesse novo padrão territorial, marcado pela redução do tamanho de parte significativa das unidades familiares, a estrutura fundiária vai-se deslocando do modelo prescrito — baseado nas colocações — para uma configuração mais diversificada, incluindo unidades tão pequenas que se torna inviável, nelas, uma família viver do extrativismo (condição que, sendo fundiária, tende a manter-se estável no médio-longo prazos).

Associado à discussão das unidades produtivas está o caráter da produção familiar. Quando perguntados sobre quais os principais produtos que sua família vende para gerar renda, 35,9% das menções indicaram atividades extrativistas (castanha 21% e borracha 14,9%); a pecuária, no entanto, aparece com maior frequência (38,1%), evidenciando sua crescente centralidade na economia de parte das famílias. Agricultura familiar e pequenos animais — como galinhas, patos e porcos — representaram 21,5% das menções, enquanto a madeira manejada surgiu em 1,1%. Esses resultados apontam para uma configuração cada vez mais agrária — no sentido do uso direto da 'terra' — do que extrativista-florestal.

Vai-se constatando, nesses territórios historicamente extrativistas (‘seringais’), um processo progressivo de (agro)pecuarização na RECM e RECI. Ainda que formas de agroextrativismo e do extrativismo tradicional permaneçam presentes, de maneira desigual, em diferentes porções territoriais e dimensões sociais, os dados e o campo indicam que a agropecuária vem assumindo posição de eixo (re)organizador dos modos de produção da vida social de parte importante dos moradores. Vai-se tornando nítido o contraste entre o modelo teórico-normativo da RESEX e as formas efetivas de (re)organização socioterritorial, tornando a própria Reserva Extrativista um território-institucionalidade sob tensão.

Sensibilidade ambiental e mudanças climáticas

Nesse cenário de tensões — marcado por desmatamento e pecuária —, as percepções ambientais dos jovens são importantes para compreender como essas mudanças são vividas e como se articulam às disposições para a ação — ou aos seus limites. Quando perguntados sobre a situação do desmatamento em suas comunidades, 55,5% dos jovens percebem que está aumentando (25,2% consideram que ‘o desmatamento é muito e cresce rapidamente’, enquanto 30,3% indicam que ele cresce, embora de forma mais gradual, ‘um pouco todos os anos’). Em contraste, para 44,5%, o desmatamento é ‘pouco’ (dentre estes, 10,1% afirmam que praticamente não há novos desmatamentos em suas comunidades). Observa-se que o desmatamento constitui um fenômeno percebido pela maioria dos jovens como em expansão (55,5%) — ainda que distribuído de forma desigual entre as localidades. Os jovens foram questionados sobre o que pensam sobre o desmatamento; suas posições estão na Tabela 1.

Tabela 1 – Posição dos jovens sobre o desmatamento

Posição	%	Síntese analítica
Deve ocorrer conforme a vontade dos moradores	17,4	Desmatamento associado à autonomia/necessidade (71,9%)
Deve ocorrer conforme as necessidades econômicas	54,5	
Deve ser evitado	19,8	Posições de restrição/proteção (28,1%)
Deve ser proibido	8,3	

Observa-se que 71,9% dos jovens entendem que o desmatamento deve estar vinculado à autonomia ou às necessidades econômicas dos moradores. Esse padrão indica que o desmatamento é interpretado sobretudo como recurso associado à reprodução material das famílias, mais do que como problema ambiental abstrato ou como expressão da floresta enquanto entidade a ser resguardada por razões ontológicas. Isso evidencia uma leitura pragmática da floresta, formulada a partir das condições concretas da vida cotidiana. Referenciais de relação com a floresta, associados à experiência tradicional dos seringueiros — bem como à imagem dos extrativistas como 'guardiões da floresta' (Allegretti, 2002; Almeida, 2004) — parecem já não se apresentar com a mesma força nas perspectivas juvenis.

O conhecimento sobre a floresta também foi avaliado. Apenas 9,4% dos jovens afirmam ter 'conhecimento elevado' sobre a floresta. A grande maioria, 69,2%, afirma ter 'algum conhecimento' ou conhecer 'mais ou menos'. E 21,4% dos jovens relatam 'não ter' ou 'quase não ter' conhecimento sobre a floresta. A predominância de níveis intermediários sugere que os saberes florestais permanecem presentes, mas são transferidos de forma muito fragilizada para as novas gerações de 'extrativistas' — os jovens têm ido menos à mata e têm estado menos nos ambientes de socialização intergeracionais, comunitários e familiares, especialmente em função da ida diária à escola.

Quanto à avaliação do quanto as comunidades respeitam a 'floresta' ('plantas, animais, águas e estações'), 52,5% dos jovens consideram que, em suas comunidades, 'uns têm respeito e outros não'. 35,0% percebem que 'a maioria' ou 'todos' têm respeito, enquanto 12,5% avaliam que há 'pouco' ou 'nenhum' respeito pela floresta em suas comunidades. A predominância da percepção de

coexistência entre respeito e não respeito parece indicar que os jovens reconhecem a presença simultânea de práticas-valores e racionalidades ambientais divergentes no interior das suas comunidades, ao invés de um padrão homogêneo de relação com a floresta, o que pode ser lido como expressão de um campo interno de diferenciações, ou até de conflitos, quanto aos usos-sentidos atribuídos à floresta.

Os jovens foram questionados também sobre 'O quão sério [consideram] as questões de mudanças do clima?'. Em contraste com narrativas correntes nas redes sociais — que negam a existência desse fenômeno —, 73,1% reconheceram a sua seriedade, enquanto apenas 5% acreditam que o clima 'não está mudando tanto assim' ou que é 'mentira' — no campo, escuta-se, ainda, a recorrência da voz dos anciãos ao alertar sobre o tema nas comunidades. Esse resultado indica que, apesar das variações locais na percepção do desmatamento, há um reconhecimento relativamente amplo das mudanças climáticas enquanto fenômeno mais geral. A percepção que os jovens têm sobre os impactos locais dessas mudanças também foi levantada: 76,3% reconhecem que as comunidades estão sendo ou serão afetadas — um pouco (51,7%) ou muito (24,6%). Por outro lado, 16,1% consideram que as comunidades serão pouco afetadas e 7,6% não esperam impactos.

Organização comunitária e governança da Reserva

Quando perguntados sobre o funcionamento das organizações comunitárias — associações concessionárias[18] e núcleos de base[19] —, 23,3% dos jovens afirmaram que não há organização em suas comunidades; para 19,2%, elas até existem, mas não

[18] Associações concessionárias são organizações representativas das populações residentes que detêm o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) de áreas de Reservas Extrativistas, responsáveis pela representação dos moradores e pela gestão coletiva do território.

[19] Núcleo de base é uma forma de organização no nível de cada comunidade, está contida na estrutura de cada associação concessionária e é uma instância reconhecida na gestão das Reservas.

funcionam; e, em 35,8% dos casos, funcionam ‘mais ou menos’ — ou seja, para 78,3% dos jovens, as organizações comunitárias funcionam de forma precária. Em contraste, 20% dos jovens avaliam que suas comunidades são ‘organizadas’, e 1,7% que elas são ‘muito bem organizadas’ — os dados vão indicando fragilidades importantes nas bases de sustentação social e institucional da governança do modelo RESEX.

Avaliou-se ainda o grau de participação das próprias famílias na gestão comunitária das Reservas. Segundo os jovens, 27,5% informam que suas famílias ‘não participam’ ou ‘quase não participam’ das associações e núcleos de base, e 30% que participam ‘às vezes sim, às vezes não’ — a não participação ou esporadicidade alcança 57,5% das famílias desses jovens. Por outro lado, 24,2% informam que suas famílias participam ‘um pouco’ e 18,3% ‘muito’. Os dados indicam, assim, que as estruturas comunitárias não são, para a maior parte das famílias, espaços de engajamento contínuo. Ainda assim, apesar das fragilidades, essas organizações permanecem presentes e são acionadas por uma parcela significativa das famílias, o que indica que mantêm algum potencial/legitimidade como dispositivos de organização-gestão comunitária.

Quando perguntados sobre o grau de sua própria participação na gestão comunitária, observa-se uma intensidade semelhante: 35,8% ‘não participam’ ou ‘quase não participam’, e 30,0% participam ‘às vezes sim, às vezes não’ — ou seja, a não participação ou esporadicidade alcança 65,8% dos jovens (proporção ainda mais elevada do que entre seus pais, a geração anterior). Por outro lado, 20,8% participam ‘um pouco’ e 13,3% ‘participam muito’ das associações e núcleos de base — percebi, nas turmas, a presença de jovens muito engajados e familiarizados com o ‘mundo’ das Reservas, geralmente descendentes de pessoas envolvidas com a direção das associações e sindicatos de trabalhadores rurais, e com a própria história do movimento seringueiro.

Quanto à avaliação da qualidade da gestão pelas associações (as concessionárias), observa-se forte concentração em avaliações intermediárias (63,2%), indicando percepções de instabilidade e fragilidade — ainda, 21,9% a avaliam como ‘boa’ ou ‘muito boa’, enquanto 14,9% como ‘ruim’ ou ‘muito ruim’. Já a avaliação da qualidade da gestão pelo órgão gestor — no caso, o

ICMBio — revela uma distribuição mais polarizada, num contexto de conflitos de fiscalização ligados à expansão do desmatamento e da pecuária. Para 34,2% dos participantes, a gestão do ICMBio é 'muito ruim' ou 'ruim'; 38,5% a classificam como 'mais ou menos'; enquanto 27,4% a avaliam como positiva ('boa' ou 'muito boa').

Em campo, em quase todas as comunidades, percebe-se uma polarização clara entre grupos juvenis — transversal às diferentes dimensões da gestão das Reservas. De um lado, frequentemente majoritário, emergem narrativas que sustentam o que é formulado como uma necessidade-direito dos moradores de 'desmatar para produzir', de modo a gerar 'renda' diante das 'necessidades', em um contexto no qual as alternativas extrativistas não lhes parecem suficientes ou acessíveis, ao mesmo tempo em que percebem fortes restrições normativas por viverem numa UC, sem que se sintam suficientemente 'apoiados' enquanto moradores desse tipo de área. Em contraste, há grupos juvenis que defendem, em diferentes graus, os pressupostos do modelo de RESEX, sendo relativamente mais presentes nas áreas mais interiores, onde o extrativismo-seringal mantém maior centralidade; ainda assim, mesmo nesses contextos, essa posição tende a ser minoritária.

A relação juvenil com a gestão das Reservas, inevitavelmente, surge vinculada à relação com o ICMBio, que — de forma recorrente na RECM e em alguns períodos na RECI — girou em torno da fiscalização e dos conflitos a ela associados. Nesse quadro — em que a gestão se apresenta fortemente marcada pela fiscalização —, o modo de atuação do ICMBio é frequentemente percebido como 'violento' e 'sem respeito', sendo associado a um modo 'policial' que trataria os moradores como 'bandidos'. Observa-se que — sobretudo na RECM —, dado o elevado grau do conflito entre ICMBio e comunidades, a participação comunitária passa a acontecer sob baixo engajamento e desconfiança, e as instâncias de gestão passam a sofrer uma crise de legitimidade perante os moradores. Nos momentos em que os conflitos se intensificam, em seus ápices — recorrentes —, a gestão tende a ser, na prática, bloqueada. Assim, a governança passa a operar de modo cíclico — avança, é interrompida pelos conflitos e é retomada posteriormente, muitas vezes sem que os processos sejam concluídos e, por vezes, a partir de estágios iniciais.

Quando perguntados se se sentem incluídos na gestão da Reserva, 26,7% dos jovens afirmam que sim, em algum grau (6,9% 'incluídos' e 19,8% 'um pouco'); em contraste, 24,1% afirmam não se sentirem incluídos — predomina, contudo, uma posição intermediária e ambígua, representada pelo 'mais ou menos', que alcança 37,9% dos jovens; enquanto 11,2% não consideram essa questão importante. Os dados evidenciam um distanciamento significativo entre juventudes e instâncias formais de governança, indicando que os espaços institucionais de decisão não operam como arenas de participação efetiva para a maior parte dos jovens. Nesse sentido, ao serem perguntados se já ouviram falar no Conselho Deliberativo da Reserva, apenas 29,5% responderam que 'sim', enquanto 70,5% nunca sequer ouviram falar da principal instância formal de decisão nas RESEX; quando questionados se conhecem as funções do Conselho, apenas 12,3% disseram que 'sim', ao passo que 87,7% as desconhecem. Há, portanto, uma forte dissociação entre o território vivido e os dispositivos institucionais de gestão, de modo que a governança opera de forma relativamente descolada das dinâmicas sociais cotidianas.

Leis ambientais e ordenamento territorial

A sustentação da Reserva Extrativista enquanto território vivido passa, especialmente, pelas leis-normas que regulam seu uso e ocupação. As percepções juvenis sobre esses marcos legais são, assim, um importante indicador da 'saúde' do projeto RESEX. Nesse sentido, perguntou-se aos jovens sobre o quanto conhecem as 'leis ambientais'[20] e 'as regras'[21] para viver nas Reservas

[20] 'Leis ambientais' é utilizado aqui como termo-categoria do questionário, proposta de forma genérica pelo pesquisador, considerando o entendimento difuso dos participantes sobre regras relacionadas ao 'meio ambiente', sem referência a normas específicas.

[21] 'Regras para viver na Reserva' refere-se ao conjunto de normas infralegais que disciplinam o uso e a ocupação dessas áreas protegidas. A principal delas é o Plano de Utilização, ao lado de resoluções do Conselho Deliberativo e de portarias do órgão gestor — o ICMBio —, que tratam do perfil de beneficiário, de normas para o manejo florestal madeireiro comunitário, entre outros aspectos.

(plano de utilização)', 40,3% dos jovens disseram que 'quase não' as conhecem ou conhecem 'bem pouco', enquanto 33,6% conhecem 'mais ou menos' — juntos, esses percentuais indicam que 73,9% dos jovens não conhecem ou têm conhecimento muito limitado sobre as leis ambientais e o plano de utilização — principal marco organizador da vida nas Reservas (em tese, elaborado em processos participativos pelas gerações anteriores). Apenas 26,1% dizem conhecer 'bem' ou 'muito bem' esses regramentos.

Também perguntou-se se eles consideram que as regras e leis ambientais são 'inadequadas' e 'injustas' ou 'adequadas' e 'justas'. No caso das regras (plano de utilização), 21,2% as consideram 'inadequadas' ou 'injustas', ao passo que 28% as percebem como 'adequadas' ou 'justas' — a maioria, 50,8%, posiciona-se no nível intermediário, afirmando que as regras são 'mais ou menos'. Percebi, no terreno, que, embora as discussões sobre o plano de utilização estejam no centro dos debates comunitários e dos conflitos — especialmente com o ICMBio —, há uma indeterminação juvenil quanto ao seu conteúdo, frequentemente representada e circunscrita à questão de permitir ou não o desmatamento e a criação de gado.

Quanto às leis ambientais, observa-se distribuição semelhante de respostas, embora com percentuais mais acentuados tanto de avaliações negativas (26,1%, 'inadequadas'/'injustas') quanto positivas (38,7%, 'adequadas'/'justas') — mantém-se, ainda, um nível elevado de avaliações intermediárias (35,3%), sugerindo que leis e normas não são percebidas nem como plenamente legítimas, nem como totalmente rejeitadas, mas situadas em um campo de avaliação simultaneamente ambíguo e, sobretudo, atravessado por polarizações e conflitos.

Os elevados percentuais de conhecimento limitado sobre leis-normas (73,9%), combinados com a elevada presença de avaliações intermediárias quanto à sua adequação e justiça (50,8% e 35,3%), indicam que a relação dos jovens com elas se organiza em um terreno de incerteza e tensão. A partir do campo, observa-se que essa indeterminação decorre do conhecimento impreciso-inseguro sobre os marcos legais, e, também, das formas concretas de sua aplicação nas Reservas pelo ICMBio — marcadas por baixa constância-sistemática, reduzida transparência procedimental, limitada mediação educativo-relacional e caráter pouco

construtivo e mais policial-punitivo. Tudo isso se inscreve em um contexto de conflitos intracomunitários emergentes, cujo objeto é, ainda, a legitimidade — e a conveniência situada — das próprias leis-normas diante de projetos de vida juvenis-familiares que, crescentemente, as antagonizam.

Neste ínterim, o que está em discussão, de fato, já não é apenas a pertinência das leis-normas, mas a própria definição de quais seriam as normas desejáveis, capazes de alcançar algum consenso como pauta coletiva majoritária — ou seja, o próprio caráter do ordenamento territorial. É nesse bojo que emergem diferentes perspectivas em disputa sobre o futuro-projeto das Reservas-territórios (leia-se, das famílias-jovens). É nesse terreno concreto, de disputa, que os planos de utilização — tanto da RECM quanto da RECI — têm se configurado como arena de embates. De um lado, há posições que defendem sua flexibilização, com ampliação dos limites permitidos para criação de gado e a regularização de configurações territoriais não compatíveis com o modelo de colocações extrativistas (em sua quase totalidade derivadas de fracionamentos/vendas irregulares); de outro, há esforços de manutenção dos planos originais, alinhados ao modelo extrativista tradicional dos seringais, com limites mais restritos à pecuária (posição geralmente assumida pelo ICMBio e pela maioria das organizações ligadas às Reservas — associações, sindicatos, ONGs, entre outras). Essa polarização tem ampliado os conflitos e o impasse, ao tempo em que o nível de irregularidades se expande, tensionando o plano de utilização atual, sobretudo quanto à sua aplicabilidade.

No conjunto, mais do que simples adesão ou rejeição às normas-leis, o que se observa é um quadro de polarização e disputa, especialmente político-ontológica. Nesse contexto, os dados reforçam a existência de uma tensão estrutural: entre a regulação institucional (plano de utilização e ICMBio) e a reprodução material das famílias (desmatamento/gado); entre diferentes concepções do que seria um futuro/projeto legítimo para as Reservas (seu caráter e propriedades). Assim, o regramento de ordenamento territorial das RESEX — especialmente os planos de utilização —, e o próprio modelo de RESEX, aparecem atravessados — e, em certos contextos, esfacelados — pelas (re)configurações socioterritoriais em curso nos territórios.

Pressões econômicas e disputas pelo uso do território

Um dos principais mecanismos de pressão sobre essas Reservas tem sido o 'gado a meia' — um sistema no qual animais são fornecidos por proprietários rurais externos (do entorno) ou por produtores internos já com excedente em seus rebanhos, para que famílias da Reserva façam a criação — o que implica, em geral, desmatamento e plantio de capim/pasto nas colocações. Os resultados da criação — os bezerros — são posteriormente divididos. Esse mecanismo permite a inserção de famílias extrativistas no circuito pecuário mesmo sem capital próprio — na RECM, essa atividade foi proibida em 2009 pelo Conselho, sob a denominação de "arrendamento de pastagens" (Perez, 2018, p. 347). Quando perguntados se 'já receberam propostas' ou se 'é fácil conseguir gado a meia' em suas comunidades, 47,5% dos jovens afirmaram que sim ('é muito fácil' ou 'é possível' conseguir), enquanto para 30,8% é 'mais ou menos' fácil conseguir — isto indica que, para a maior parte dos jovens (78,3%), o acesso ao gado, mesmo sem capital, é uma possibilidade concreta de implementação/expansão da pecuária, se desejado. Em contraste, para 21,7% dos jovens é 'difícil' ou 'muito difícil' essa possibilidade.

A atratividade econômica da pecuária articula-se com as condições favoráveis do mercado regional, e até internacional, de gado. Perguntados sobre a facilidade de vender gado, 50% dos jovens consideram fácil vender, 25,4% percebem ser 'mais ou menos' — isto indica que, para 75,4% dos jovens, a negociação de gado constitui uma possibilidade concreta. Em contraste, 24,6% dos jovens consideram difícil vender gado. A articulação entre acesso à produção (78,3%) e possibilidade de comercialização (75,4%) evidencia a pecuária como alternativa atrativa.

A possibilidade de venda de áreas ou partes de colocações, reforça as evidências já apresentadas sobre as pressões fundiárias. Perguntados sobre o tema, 25% dos jovens consideram fácil vender áreas/'terra' em sua comunidade, enquanto para 25% é 'mais ou menos fácil', já para 50% é 'um pouco' ou 'bem difícil' vender. Esses resultados indicam que, embora a pressão fundiária não

seja homogênea, há contextos em que propostas e negócios de compra/venda de ‘terras’ fazem parte do cotidiano. Observa-se, no terreno, especialmente na última década, que o fracionamento-loteamento e a ocupação por pessoas-famílias ‘de fora’ — especialmente a partir das bordas e dos ramais — constituem um processo paulatino, em expansão e de difícil reversão.

Projetos de vida, mobilidade e dignidade juvenil

Nos trabalhos de grupo, a ideia de ‘melhorar de vida’ emergia recorrentemente nas falas dos jovens — aspecto mobilizado nos instrumentos de pesquisa pelo termo ‘dignidade’. Quando perguntados ‘Como morador da Reserva, o quanto você sente que alcança dignidade e cidadania?’, 11,4% afirmam ‘não conseguir’ ou ‘quase não conseguir’ alcançar; 50,9% afirmam que isso ‘depende’. Por outro lado, 25,4% indicam conseguir ‘um pouco’ e 12,3% dizem alcançar ‘plenamente’ dignidade e cidadania — há, portanto, um quadro relativamente favorável para 37,7% dos jovens, enquanto apenas 11,4% expressam uma percepção negativa, o que foi uma surpresa, pois os jovens não estão em maioria insatisfeitos com suas vidas nas Reservas. A predominância da opção ‘depende’, por sua vez, sugere que a dignidade não é vivida como condição assegurada, mas como possibilidade pouco estável, vinculada às condições disponíveis e às oportunidades percebidas pelos sujeitos — isto é, à necessidade latente de ‘melhorar de vida’.

Aos jovens que disseram não alcançar dignidade e cidadania, pediu-se que explicassem, por meio de respostas abertas, os motivos dessa percepção. Nas respostas, relacionaram essa condição principalmente ao que chamam de falta de ‘apoio’/‘oportunidades’ e à precariedade das condições estruturais nas Reservas. Alguns relatos ilustram isso: “não consigo porque não tenho oportunidade” (RECM, Epitaciolândia), “porque não temos o apoio do gestor nem da associação” (RECI, Sena Madureira), “o estudo é de baixa qualidade, se você resolve fazer uma faculdade, vai cair questão que você nunca viu na vida” (RECM, Assis Brasil), “porque em

muitos lugares são tão diferentes daqui, porque os ramais são de bom acesso, aqui não" (RECM, Xapuri), entre outros. A dignidade aparece, assim, vinculada menos a um valor abstrato e mais às condições concretas de vida, especialmente às possibilidades — ou à sua ausência — de estudo, mobilidade, trabalho, sociabilidades, lazer e de projetos de vida desejáveis.

No contexto em que as juventudes passam a ter, em relação às gerações anteriores, maior vivência com a cidade — como já evidenciado em seções anteriores —, é importante compreender como essa aproximação incide sobre seus projetos de vida. Nesse sentido, perguntou-se aos jovens o quanto sentem 'vontade de participar de atividades na cidade (festas, encontros, lojas, lanches, serviços, entre outros)'. 47,1% afirmaram ter 'muita' ou 'alguma vontade' de participar dessas atividades, enquanto 30,6% indicaram uma posição intermediária ('mais ou menos') e 22,3% demonstraram 'pouca' ou 'nenhuma vontade'. Os dados indicam que a cidade funciona como um espaço de atração relevante; ainda assim, ela aparece menos como oposição ao território da Reserva e mais como extensão e complemento — um espaço de vivências e possibilidades.

Perguntou-se aos jovens sobre o quanto têm vontade de 'ir para outro lugar'. Quase metade disse querer permanecer na Reserva (47,5%); 23,3% disseram que 'às vezes tem vontade de ir embora, às vezes de ficar', e 29,2% têm 'vontade de ir embora' da Reserva. Entre aqueles que manifestaram vontade de sair, as respostas abertas sobre os motivos indicam que esse desejo está associado principalmente à busca por estudo, trabalho e oportunidades, como nos seguintes exemplos: "para estudar, fazer uma faculdade" (RECM, Xapuri), "para ter mais oportunidade de emprego" (RECM, Assis Brasil) e "as oportunidades na cidade são muitas" (RECM, Brasiléia). Esse desejo também aparece relacionado às dificuldades concretas de viver na Reserva, incluindo as condições de acesso-transporte e a escassez de 'recursos', como representam as falas "no tempo do inverno fica muito dificil de ir para a cidade" (RECM, Assis Brasil) e "não tem quase recurso [na Reserva]" (RECM, Epitaciolândia). Algumas respostas remetem ainda às restrições percebidas no fato de morar em uma área protegida, comunicadas em trechos como "estas leis" (RECM, Epitaciolândia) e "não pode trabalhar" (RECM, Brasiléia). Ao mesmo tempo, 'ir embora' aparece como possibilidade de construção de projetos de vida e de realização pessoal, como indicam as expressões "atrás de futuro melhor" (RECM, Epitaciolândia) e

“realizar os meus sonhos, e eles são fora” (RECM, Assis Brasil). Vê-se que a mobilidade não é motivada por simples rejeição do território, mas pela busca de condições que permitam ampliar as possibilidades num contexto no qual os projetos de vida tornam-se mais diversos em relação às gerações anteriores.

Entre os jovens que pensam em sair, perguntou-se: ‘Pensa em morar em qual tipo de lugar?’ Entre as respostas, 63,4% apontaram a cidade e 6,5% ‘outras comunidades da Reserva’; chama atenção a proporção que indicou as zonas rurais do entorno, correspondente a 30,1% das respostas. Esse dado sugere que os conflitos em torno da relação entre pecuária e área protegida — e do próprio modelo de RESEX — passam a operar, em certos contextos, como fatores de expulsão para fora da Reserva, o que aparece no discurso juvenil na forma da vontade de viver em outras áreas rurais. Quando os jovens foram convidados a explicar o porquê da escolha, apareceram falas como: “que eu possa criar gado sem preocupação” (RECM, Epitaciolândia), “perseguição do ICMBio” (RECM, Assis Brasil), “porque aqui é reserva” (RECM, Sena Madureira), “talvez se algum dia for proibida a criação de gado” (RECI, Sena Madureira) e “ter liberdade de trabalhar e ter uma vida financeira melhor” (RECI, Sena Madureira).

Reprodução social, perfis juvenis e tensões com o modelo RESEX

Conforme os dados foram revelando no decorrer do capítulo, vê-se que as bases que configuraram esses territórios enquanto seringais-seringueiros — ou seja, ‘extrativistas’ — transformaram-se nas últimas décadas. A agropecuária passou, paulatinamente, a operar como eixo central de (re)organização da vida (território, economia, cultura, subjetividades) e, logo, da própria reprodução social na RECM e na RECI. Vê-se, entretanto, que o extrativismo-floresta não desapareceu enquanto referência — permanece presente, em diferentes graus e dimensões —, mas foi perdendo relevância como eixo estruturante.

A fronteira agropecuária — que essas Reservas e seus moradores ajudaram a conter no passado — ainda está ativa, e já não funciona apenas como pressão exercida pelas bordas-entorno. Ela se capilarizou, internalizou-se nas próprias dinâmicas socioterritoriais, ainda que de forma desigual em seus tecidos socioterritoriais. Nesse processo, a reprodução social vai-se dando sob novas bases e agregando propriedades do mundo-campo 'agro' e outras racionalidades hegemônicas. Passa, assim, a consolidar-se um movimento de (agro)pecuarização desses territórios tradicionais amazônicos. Nele, as porções/dimensões socioterritoriais de base (agro)pecuária vão passando a reproduzir-se no interior das Reservas, tendendo à estabilização, consolidação e expansão. Observa-se, assim, algo como uma recomposição socioterritorial da reprodução social, em que as bases territoriais que sustentavam o modelo homogêneo seringal-seringueiro vão sendo substituídas por outras, que passam a reproduzir-se de forma relativamente estabilizada, produzindo gerações rurais-florestais mais diversificadas e híbridas, prenhes de propriedades associadas ao mundo-campo 'agro', dificilmente enquadráveis, em termos teórico-normativos, enquanto 'populações extrativistas tradicionais' — o sujeito histórico-normativo do modelo RESEX.

Não se trata, contudo, de um processo de homogeneização de uma forma socioterritorial 'agro', mas da produção de diferentes composições socioterritoriais e formas/bases de reprodução social relacionadas. Ao mesmo tempo, trata-se de um processo em curso, no sentido da crescente incorporação de propriedades 'agro' no processo de reprodução social e de territorialização. Essa complexidade — estado-processo — pode ser observável a partir dos perfis juvenis presentes no interior das Reservas, que sistematizei a partir dos dados — Tabela 2.

Tabela 2 – Perfis juvenis de inserção socioterritorial nas Reservas

Perfil juvenil	Síntese analítica
Juventudes extrativistas tradicionais	Expressam formas de reprodução social ancoradas no território-floresta e próximas das bases históricas do mundo extrativista, incluindo jovens que mantêm práticas tradicionais do seringal — seringa, castanha, caça, roçados —, geralmente em colocações, e com respeito à floresta e às próprias condições e limites de viver em uma RESEX. Nesses contextos, aparecem críticas ao desmatamento das Reservas, bem como demandas por maior proteção e manutenção das RESEX.
Juventudes agroextrativistas	Podem exercer práticas extrativistas, como na categoria anterior, mas com foco também em estratégias diversificadas de vida e produção rural, numa perspectiva de agricultura familiar — havendo desde articulações com a pecuária até inovações tecnológicas ou novas produções, como café, sistemas agroflorestais, fruticultura, piscicultura e manejo de criações. O modelo RESEX/floresta permanece presente e geralmente é defendido, mas, em alguns contextos, pode já estar tensionado em relação às necessidades, oportunidades e à ampliação das perspectivas econômicas e geracionais das famílias que ocupam uma mesma colocação.
Juventudes rurais agrárias	Incluem jovens inseridos em contextos de fragmentação das colocações, em áreas menores ou com pouca disponibilidade de recursos extrativistas, condições que tendem a reorganizar parcialmente a reprodução social segundo referências das ruralidades das 'colônias' do entorno. Na leitura de campo, essas áreas geralmente já se encontram mais desmatadas do que aquelas ocupadas pelos jovens das duas categorias anteriores. Assim, o modelo RESEX permanece como condição institucional do território, embora com menor aderência simbólica e prática à vida cotidiana.

(continua)

Tabela 2 – Perfis juvenis de inserção socioterritorial nas Reservas

Perfil juvenil	Síntese analítica
Juventudes de orientação agropecuária expansiva	Indicam uma orientação de rompimento mais profundo com o extrativismo-floresta, com centralidade da terra como propriedade e da pecuária como atividade econômica, podendo, em alguns casos, associar-se a referências do agronegócio. Nessas configurações, a floresta tende a aparecer como obstáculo à expansão produtiva, havendo, em diferentes graus, disposição expressa para ampliar o desmatamento e transformar as áreas familiares em pastagens-fazendas. Aqui emergem fortemente discursos críticos ao modelo RESEX, bem como demandas pelo fim ou redução da Reserva.
Juventudes de mobilidade e horizontes ampliados	Estruturam seus projetos de vida a partir de trajetórias que extrapolam o território, especialmente via educação e perspectivas de trabalho urbano, o que pode incluir migração para cidades da região ou outros estados, sendo que o foco recai nas "oportunidades". Aqui há um misto de desfoque do território, da produção e da Reserva, com centralidade nas possibilidades de saída e inserção em outros contextos.
Juventudes em condições de incerteza e vulnerabilidade	Expressam situações de maior indefinição quanto às possibilidades de permanência ou saída, associadas à falta de oportunidades e perspectivas, o que pode incluir exposição a processos de vulnerabilização relacionados, entre outros fatores, à atuação de facções criminosas, ao consumo de bebidas alcoólicas e ao uso de outras drogas, assim como à inserção em contextos comunitários de baixa coesão social. Podem incluir, em alguns casos, jovens que vivem em áreas pequenas, menores que uma colocação, assim como jovens inseridos em famílias que enfrentam limitações de recursos e diferentes condições de vulnerabilidade familiar.

(conclusão)

Esses perfis evidenciam que a RECM e a RECI já não são ocupadas, de forma homogênea, por 'populações extrativistas tradicionais' cuja subsistência se baseia no extrativismo, o que tensiona diretamente os pressupostos centrais do próprio modelo de Reserva Extrativista. Nesse quadro, a institucionalidade RESEX permanece como importante referência — especialmente normativa —, mas sua capacidade de orientar a reprodução social nos territórios mostra-se cada vez mais fragilizada diante dos fenômenos aqui evidenciados. Diferentes racionalidades (e atores políticos) passam, então, a disputar a direção sobre o futuro das Reservas, colocando em pauta não apenas regras específicas de uso e ocupação, mas o próprio projeto RESEX (e sua destituição). É nesse contraste — entre aquilo que o modelo RESEX prescreve e aquilo que a vida social passa a produzir — que se inscrevem os conflitos e impasses que mantêm em aberto o futuro desses territórios e de seus moradores. O que emerge, assim, é um campo de tensões em ebulição, evidenciando uma agenda de gestão de conflitos complexa e ainda pouco enfrentada.

Referências

Allegretti, M. H. (2002). *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. [Tese de doutorado, Universidade de Brasília].

Almeida, M. W. B. (2004). Direitos à floresta e ambientalismo: os seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *19*(55), 33–52. https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000200003

Barreto-Filho, H. T. (2006). Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In C. Adams, R. Murrieta, & W. Neves (Eds.), *Sociedades caboclas amazônicas: Modernidade e invisibilidade* (pp. 109–143). FAPESP & Annablume.

Brasil. (2000). *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000: Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm

Canizo, L. A. B., Franco, A. de O., & Mesquita, A. A. (2025). Reprodução do espaço atual: Um estudo de caso das RESEXs Chico Mendes e Cazumbá Iracema-Acre. In *Anais do XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia*. https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/124473

Carneiro, M. J., & Castro, E. G. (Eds.). (2007). *Juventude rural em perspectiva*. Mauad X. https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-outras-publicacoes-1/juventude-rural-em-perspectiva.pdf

Castelo, C. E. F. (2015). *Experiências de seringueiros de Xapuri no estado do Acre e outras histórias*. Editora AMCGuedes.

Chagnon, C. W., Durante, F., Gills, B. K., Hagolani-Albov, S., Hokkanen, S. M. J., Kangasluoma, S. M. J., Konttinen, H., Kröger, M., Lafleur, W., Ollinaho, O., & Vuola, M.

P. S. (2022). From extractivism to global extractivism: The evolution of an organizing concept. *The Journal of Peasant Studies*, *49*(4), 760–792. https://doi.org/10.1080/03066150.2022.2069015

Favareto, A., Valencia, M., & Favareto, A. (2024). Juventudes rurais: O que diz a literatura e algumas questões para uma agenda de pesquisas e de políticas. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, *44*(2), 242–263. https://doi.org/10.37370/raizes.2024.v44.891

Figueiredo, S. M. de M., Cruz, C. G. S. da, Figueiredo, E. O., Santos, C. A. N., & Araújo, R. R. R. de. (2025). Mapeamento de uso e cobertura do solo nas Reservas Extrativistas Chico Mendes e Cazumbá-Iracema utilizando imagens Sentinel-2. In *Anais do XXI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*. https://proceedings.science/p/197784?lang=pt-br

Fittipaldy, M. C. P. M., & Castelo, C. E. F. (2021). Há boi pastando, há desmatamento e outras coisas mais: O retrato da RESEX Chico Mendes. *Conexões*, *9*(2), 35–68. https://doi.org/10.18542/conexoes.v9i2.17288

Franco, A. O., & Sahr, C. L. L. (2022). De modelo ideal de gestão territorial à realidade atual: As disfuncionalidades na Reserva Extrativista Chico Mendes (Acre/Brasil). *RA'EGA*, *54*, 37–58. https://doi.org/10.5380/raega.v54i0.74076

Freitas, J. da S., Farias Filho, M. C. F., Homma, A. K. O., & Mathis, A. (2018). Reservas Extrativistas sem extrativismo: Uma tendência em curso na Amazônia? *Revista de Gestão Social e Ambiental*, *12*(1), 56–72. https://doi.org/10.24857/rgsa.v12i1.1388

Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização: Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Bertrand Brasil.

Hoelle, J. (2015). *Rainforest cowboys: The rise of ranching and cattle culture in Western Amazonia*. University of Texas Press.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2024). *PPM – Pesquisa da pecuária municipal*. [Painel interativo]. https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2026). *Cidades e estados*. [Base de dados interativa]. https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. (2006). *Plano de manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes*. https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-chico-mendes/arquivos/plano_de_manejo_reserva_extrativista_chico_mendes.pdf

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [ICMBio]. (2026). *SIS Famílias: Características das famílias em unidades de conservação*. [Painel interativo]. https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/sisfamilias

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2007). *Plano de manejo da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema*. https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-do-cazumba-iracema/arquivos/resex_cazumbairacema.pdf

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia [IMAZON]. (2026). *Ameaça e pressão de desmatamento em áreas protegidas: janeiro a março de 2026*. [Relatório técnico]. https://imazon.org.br/downloads/attachment/ameaca-e-pressao-de-desmatamento-em-areas-protegidas-janei/90

Jesus, S. C. (2025). Geografia política e gestão de conflitos nas Reservas Extrativistas: Dimensões de poder, resistência e sustentabilidade. *Geografia*, *50*(1), e-19657. https://doi.org/10.5016/geografia.v50i1.19657

Kröger, M. (2019). Deforestation, cattle capitalism and neodevelopmentalism in the Chico Mendes Extractive Reserve, Brazil. *The Journal of Peasant Studies*, *47*(3), 464–482. https://doi.org/10.1080/03066150.2019.1604510

Martins, L. R. (2021). Juventude rural no Brasil: Referências para debate. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, *29*(1), 94–112. https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-7

Mascarenhas, F., Brown, I. F., & Silva, S. S. (2018). Desmatamento e incêndios florestais transformando a realidade da Reserva Extrativista Chico Mendes. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, *48*, 236–262. https://doi.org/10.5380/dma.v48i0.58826

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. (2026). *Painel CNUC*. [Painel interativo]. https://cnuc.mma.gov.br/powerbi

Nepomuceno, F. A., & Costa-Filho, O. S. (2025). *Resex Chico Mendes em números: Educação, moradia e dignidade em disputa na floresta*. https://legal-amazonia.org/resex-chico-mendes-em-numeros-educacao-moradia-e-dignidade-em-disputa-na-floresta/

Perez, P. C. R. (2018). *A produção da floresta "em pé" – RESEX Chico Mendes (AC), do projeto à realização*. [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo].

Porto-Gonçalves, C. W. (1999). A territorialidade seringueira – Geografia e movimento social. *GEOgraphia*, *1*(2), 67–88. https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i2.a13352

Reis, F. da S., & Nabarro, S. A. (2025). Reserva Extrativista Chico Mendes-Acre: Ocupação irregular e a expansão da pecuária. In *Anais do SINGA – Simpósio Internacional de Geografia Agrária/Simpósio Nacional de Geografia Agrária: Jornada Carlos Walter Porto-Gonçalves*. https://www.even3.com.br/anais/xisinga/1434736-reserva-extrativista-chico-mendes-acre-ocupacao-irregular-e-a-expansao-da-pecuaria

Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre [SEMA]. (2011). *Projetos de assentamentos no estado do Acre*. [Relatório técnico/cartografia temática]. https://sema.ac.gov.br/wp-content/uploads/2025/05/Projetos_de_Assentamentos.pdf

Silva, A. G. (2022). *Ethos seringueiro: Cenários dos jovens da Reserva Extrativista Chico Mendes*. Aya. https://doi.org/10.47573/aya.5379.1.58

Silva, A. G. (2024b). *Que é Reserva Extrativista? Uma homolo-crítica conceitual - pela (re)emergência de projetos ontológicos amazônicos*. Editora Dialética. https://doi.org/10.48021/978-65-270-3039-3

Silva, A. G. (2024c). Reservas Extrativistas pós-SNUC: Uma revisão de problemáticas decorrentes. *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, *6*(2). https://doi.org/10.48075/amb.v6i2.32296

Silva, A. G. da, & Costa, L. dos S. (2025). A Reserva Extrativista 'original' foi 'apagada' pelo SNUC? Reflexões com Osmarino Amâncio Rodrigues, liderança histórica do movimento seringueiro. *Revista NERA*, *28*(3). https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/11059

Silva, A. G. da, & Silva, F. C. da. (2023). Salvar a Amazônia? Cultivando a "Educação na Floresta". *Linhas Críticas*, *29*, e46828. https://doi.org/10.26512/lc29202346828

Silva, A. G. da. (2024a). Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira: temas e questões de pesquisa. *Ensaios de Geografia*, *11*(24), e112418. https://doi.org/10.22409/eg.v11i24.58749

Silva, A. G. da. (2025). Por um microcampo de Educação das Águas e das Florestas no Brasil. In A. G. da Silva & M. E. C. Cunha (Eds.), *Educação das Águas e das Florestas na(s) Amazônia(s)* (pp. 7–24). Editora CLAEC. https://publicar.claec.org/index.php/editora/catalog/book/141

Silva, A. G., & da Silva, F. C. (2022). Da Educação Rural à "Educação na Floresta": um chamado para a geração de uma escola Amazônica. In A. M. Soares (Ed.), *Métodos e práticas pedagógicas: Estudos, reflexões e perspectivas 4* (pp. 162–183). Aya Editora. https://repositorio.ifac.edu.br/jspui/handle/123456789/136

Silva, A. G., da Silva, F. C., & Yamada, T. (2019). Reprodução social de populações

tradicionais e pecuária na Reserva Extrativista Chico Mendes: Reflexões a partir dos projetos de vida de jovens extrativistas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, *52*, 148–164. https://doi.org/10.5380/dma.v52i0.65423

Silva, S. S., Nascimento, E. S., Souza, E. M., Melo, A. W. F., & Fearnside, P. (2026). *Expansão de estradas e ramais no estado do Acre: 1987 a 2025*. [Relatório técnico]. UFAC. https://doi.org/10.5281/zenodo.19208602

Tonezer, C., Corona, H. M. P., & Ceratti, E. R. R. (2022). Juventude rural: desafios e possibilidades de reprodução social da agricultura familiar. *Redes: Revista do Desenvolvimento Regional*, *27*. https://doi.org/10.17058/redes.v27i1.15425

Troian, A., & Breitenbach, R. (2018). Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. *Interações*, *19*(4), 789–802. https://doi.org/10.20435/inter.v19i4.1768